

Preservar a paz: Haiti e Colômbia

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Andrés Malamud

A Colômbia e o Haiti são dois países latino-americanos com uma característica em comum: nenhum dos dois é totalmente representativo da região. Se algo distingue a América Latina dos restantes continentes é a sua desigual distribuição de riqueza. A categoria que melhor descreve a situação vigente nos vinte países da área é «iniquidade social». No entanto, quando se faz referência à Colômbia e ao Haiti, parte-se do pressuposto que o elemento que melhor caracteriza estes dois países é outro: a violência. Este fenómeno nunca foi típico da região, que praticamente se manteve à margem das guerras mundiais e desde a sua independência dos impérios ibéricos, não praticou nem sofreu genocídios.

Altos níveis de violência, porém, estiveram presente nos movimentos revolucionários e nas ditaduras militares. Certamente, também nos actuais regimes democráticos se manifestam diversos graus de violência, sob a forma de criminalidade urbana e rural. A diferença entre a violência política e criminal é que a primeira se orienta contra o regime de governo enquanto a segunda é independente dele – se bem que se possa tornar mais visível em sistemas democráticos.

Uma peculiaridade que deve ser realçada em relação aos casos em análise é que, apesar de existirem organizações violentas orientadas para a tomada do poder, o que predomina, tanto na Colômbia como no Haiti é a violência criminal que tem mais por objectivo o lucro (ou a sobrevivência) do que fins políticos. No entanto, e este é um elemento diferenciador em relação ao resto do continente, a extensão e intensidade da criminalidade são tão altas que têm efeitos sobre o regime político e mais ainda sobre o Estado. Desse modo, se o móbil da violência não é necessariamente político, as consequências acabam por o ser.

Em resultado desta vinculação entre violência e política, a Colômbia e o Haiti têm o duvidoso privilégio de figurar nos primeiros lugares do ranking de Estados falhados. O conceito de Estado falhado ainda não foi bem definido, mas pode assumir-se que, como afirmou um legislador norte-americano sobre a pornografia, é possível identificá-los

quando os vemos. Em qualquer caso, a revista Foreign Policy construiu, em 2005, um ranking de estados falhados, a partir de uma série de doze indicadores que mediam variáveis como a pressão demográfica, o número de deslocados e refugiados, o declínio económico, as assimetrias internas, a deslegitimação do Estado e a faccionalização das elites¹. Entre os primeiros vinte países constam três latino-americanos: Colômbia, Haiti e República Dominicana. Doze países, entre os quais se contam os três que encabeçam a lista, são africanos, aos quais se somam outros casos evidentes, como o Iraque e o Afeganistão. As estranhas companhias confirmam o que foi dito: no hemisfério ocidental, os países referidos constituem a excepção e não a regra. No entanto, e apesar da sua comum condição de sociedades violentas e estados falhados, os casos da Colômbia e do Haiti apresentam mais diferenças do que semelhanças.

O Haiti sempre foi uma presença estranha na América Latina: para além da sua situação de insularidade, apenas partilhada com a República Dominicana, Cuba e Porto Rico, é o único país independente de língua francesa em todo o continente. A sua composição étnica (maioritariamente de origem africana) e a sua precocidade revolucionária (alcançou a independência em 1804, muito antes de se iniciar a luta pela emancipação nas colónias espanholas e portuguesas) transformaram-no na «primeira república negra» do mundo. Apesar disso, a sua história nunca esteve à altura das promessas: pobre, violento e subdesenvolvido, está mais perto de se converter num protectorado das Nações Unidas do que num Estado soberano e auto-governado.

A Colômbia, em contraste, ocupa um lugar destacado entre os países latino-americanos. Com 45 milhões de habitantes, é o segundo maior país de língua espanhola do mundo (depois do México e antes da Espanha). Um dos primeiros produtores mundiais de café e outros estimulantes, também conseguiu uma presença significativa no desporto e nas artes (na literatura com, entre outros, o prémio Nobel Gabriel García Márquez, e na música popular contemporânea com Shakira, Juanes e Carlos Vives). A história da sua independência confunde-se com a da região, já que foi a partir de Bogotá que Simón Bolívar lançou a sua campanha contra o domínio espanhol para libertar a Venezuela e depois o Equador, o Peru e a Bolívia. A Colômbia poderia ser, em muitos aspectos, um típico país latino-americano. Não o é porque a sua sociedade é mais violenta e o seu Estado é menos efectivo do que a média regional.

Apesar de partilharem a condição de Estado falhado, os dois países não têm as mesmas falhas. No caso colombiano, o estado exerce um controlo relativamente eficaz sobre uma porção significativa do território nacional, mas a sua autoridade é virtualmente inexistente em um terço do território. No Haiti, por contraste, o Estado não tem um

aparelho que lhe permita cumprir funções básicas como a arrecadação de impostos ou a garantia da segurança pública. Aceitando a definição do Estado como uma estrutura de dominação que exerce o monopólio da violência sobre um território determinado, no caso colombiano a limitação ao poder estatal é territorial (ou seja, de carácter horizontal) enquanto no Haiti, é, adicionalmente, funcional (de carácter vertical).

Para compreender melhor as diferenças de fundo que existem entre os dois casos, é conveniente introduzir uma perspectiva comparada (ver o quadro). Segundo o ranking de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial, o PIB per capita da Colômbia era, em 2004, de 6.820 dólares (em termos de paridade de poder de compra), situando-se em 101º lugar num total de 208 economias classificadas. O Haiti, por seu lado, tinha um PIB per capita de 1.680 dólares, ocupando o 177º posto. As diferenças tornam-se mais evidentes quando se observam as companhias: a Colômbia surge rodeada pelo Panamá (no 100º lugar) e a República Dominicana (102º), enquanto o Haiti tem ao lado o Togo e o Uganda. Por outras palavras, o grupo de referência da economia colombiana é constituído por países de rendimento médio, composto na sua maioria por países da América Latina e das Caraíbas (região cujo PIB per capita médio é de 7.660 dólares). Pelo contrário, o grupo de referência do Haiti é composto pelos países de baixos rendimentos, a maioria dos quais se situa na África subsahariana (com uma média de 1.850 dólares).

O contraste é ainda mais dramático quando, em vez da economia, se considera o nível de desenvolvimento humano, que inclui a esperança de vida, a mortalidade infantil, o nível de alfabetização e os recursos sanitários. Enquanto a Colômbia se situa no 73º posto, lado a lado com vizinhos de nível intermédio de desenvolvimento como o Brasil e a Venezuela, o Haiti situa-se no 153º lugar, no grupo de baixo desenvolvimento humano. Sintomaticamente, somente dois dos 32 países que integram este grupo não são africanos. Em síntese, enquanto os indicadores económicos e sociais da Colômbia são similares aos da maioria dos países da região, os do Haiti são equiparáveis aos dos países de pior desempenho do mundo, ou seja, os da África subsahariana.

A análise dos contrastes entre a Colômbia e o Haiti não é gratuita: a intenção é evitar a associação automática, e muitas vezes errónea, entre pobreza e violência. Os conflitos domésticos e a debilidade estatal nestes países têm causas distintas e, portanto, devem ser sujeitos a distintos tratamentos. Enquanto no Haiti a falta de recursos de sobrevivência é um problema urgente, na Colômbia o inconveniente está no excedente de recursos por parte de organizações armadas que desafiam a autoridade estatal. Qualquer intervenção externa deve estar plenamente consciente dos diferentes

obstáculos associados a cada contexto. O maior perigo que enfrenta uma força de segurança multinacional no Haiti é a violência anárquica de turbas descontroladas; na Colômbia, por seu lado, a uma ameaça militar mais séria soma-se a capacidade ilimitada de algumas organizações ilegais para corromper os que pretendem enfrentá-las.

Em conclusão, uma intervenção estrangeira no Haiti pode fracassar, mas as consequências seriam pagas pelos haitianos, se uma intervenção similar fracassasse na Colômbia, os custos poderiam passar (por contágio) para o interior dos Estados interventores. Assim como no Haiti se deve fomentar um processo de nation/state-building no contexto de uma sociedade que se desligou da sua região e do mundo, na Colômbia é necessário estender a autoridade do Estado até territórios controlados por sectores poderosos e perfeitamente (se não legalmente) integrados na economia mundial. A solidariedade exige ajudar os países em apuros, mas a prudência reclama que se o faça com inteligência e sem sobrestimar as capacidades regeneradoras das boas intenções.

1 www.foreignpolicy.com.